

DEMARCANDO O ESPAÇO DISCURSIVO PARA PENSAR MASCULINIDADES E A EQUIDADE DE GÊNERO¹

Cauê Rodrigues²

Este capítulo inicia as discussões de gênero na perspectiva relacional, dialogando com o colonialismo e como ele sempre foi marcado por relações generificadas e binárias. Ele condensa parte das discussões realizadas pelo Laboratório de Interseccionalidades, Equidades e Saúde (LaBIES) e é fruto da dissertação escrita pelo autor, que se propôs a analisar as construções de masculinidades de profissionais atuantes na Atenção Primária à Saúde (APS), questionando como essas identidades tem efeitos na produção do cuidado (Rodrigues, 2022). Demarco o conceito de gênero a partir de uma construção histórica e social, no qual o biológico e o simbólico dialogam com as estruturas de poder presentes em cada cultura, o corpo serve de palco para os diferentes ensaios de gênero, através de uma incansável disputa entre diferentes discursos que buscam nomear suas possibilidades. Adentro na discussão colonial, ao perceber que gênero sempre foi uma das principais ferramentas de controle dos corpos colonizados, sendo imprescindível sua demarcação e discussão para a compreensão das formas como os sujeitos existem e se relacionam na contemporaneidade. Assim, compreender a relação entre colonizador e colonizado se faz fundamental, pois, é a partir dessa binarização feita pelo colonialismo que entendemos as futuras relações entre sujeitos que querem se dizer hegemônicos e representantes da norma com aqueles marginalizados e estigmatizados à sub-representação.

1 Este trabalho é oriundo da dissertação de mestrado defendida em agosto de 2022 junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, sob orientação da professora Laura Cecilia López. Foi subsidiado com bolsa Capes/Prosup.

2 Pesquisador de masculinidades, interseccionalidades, equidades e saúde. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Especialista em Docência no Ensino Superior pela Faculdade São Luís e Bacharel em Psicologia pela Unisinos. E-mail: psicocaue@gmail.com.

Neste trabalho, assumo uma perspectiva de gênero relacional, seguindo a Raewyn Connell (2013; 2016), que propõe pensar as construções de feminilidades e masculinidades numa trama social complexa, que considera processos históricos constituintes.

O conceito de gênero vem sendo utilizado na construção das políticas públicas, principalmente as de saúde. Connell (2013) aponta que a partir de 2005 a Organização Mundial de Saúde (OMS) colocou o tema “gênero” como um determinante estrutural na produção das iniquidades sociais, sendo um deles as desigualdades no acesso aos sistemas de saúde e na produção do bem-estar social. Ao olharmos para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), encontramos o 5º objetivo como “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” (ODS, 2021). É indiscutível a relevância desse objetivo para o desenvolvimento mundial, porém, Connell ressalva que “Documentos de política sobre gênero usualmente toman a mujeres y hombres como categorías fijas y sin necesidad de cuestionamiento” (Connell, 2013, p. 64). Engessar esses conceitos vai contra a própria compreensão sobre o que é gênero, pois ao tomá-lo como uma construção histórica e social, entende-se que é produzido através da criação e transformação constante dos corpos, dialogando com as representações das masculinidades, feminilidades e outras possibilidades que fogem da norma binária (Connell, 2016).

Com o 5º objetivo temos um exemplo dessa categorização do gênero de maneira isolada, pois buscar a igualdade é colocada como uma função social das mulheres, porém, ao pensar de maneira relacional, entendemos que essa desigualdade também se materializa através dos privilégios que os homens tomam para si. Desta forma, essa discussão atravessa tanto homens quanto mulheres e precisa ser construída de maneira conjunta, empoderando as mulheres e conscientizando os homens. Outro ponto importante é que além da compreensão relacional existente entre as diferentes formas de expressar os gêneros, também é relevante trazer as diferentes dinâmicas que se associam na construção dos corpos e subjetividades,

El pensamiento categórico se puede hacer más sofisticado mediante el entrecruzamiento de las categorías de género con categorías como raza, clase social, edad, entre otras. Este acercamiento ha sido llamado interseccionalidad desde el trabajo de Crenshaw (1991). Infortunadamente, mucha de la literatura sobre “interseccionalidad” simplemente combina un acercamiento categorial a una dimensión de diferencia con un acercamiento categorial a otra (Connell, 2013, p. 64).

O conceito de interseccionalidade nos ajuda a pensar além da lógica categorial, pois não basta juntar diferentes categorias, é preciso entendê-las como integradas nos sujeitos. Embora teoricamente haja a separação dos diferentes marcadores sociais para realizar discussões aprofundadas, na prática o que vemos são corpos e subjetividades constituídos de múltiplas formas e impossibilitados de serem dissociados. Por exemplo, o homem nunca será apenas homem, ele juntará em si categorias de raça, classe social, sexualidade, idade, entre outras, e é a forma como ele se relaciona consigo mesmo e com o sistema social que o circunda que construirá sua identificação no mundo. Hall (2014, p.12) afirma que “Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas”. Ou seja, somos sujeitos que vivenciam situações de privilégio e imposições sociais e a interseccionalidade nos ajuda a discutir essas diferentes posições sociais que precisam ser visibilizadas, pois o pensamento categórico minimiza tanto as diferentes formas de expressão dentro de uma própria categoria, quanto a importância de compreendê-las em constante relações com as diferentes categorias que se atravessam na construção dos sujeitos (Connell, 2013).

A partir das restrições e limitações do pensamento categorial, Connell sugere a teoria relacional como uma melhor opção, pois o gênero é compreendido como “algo que conecta al mismo tiempo las relaciones económicas, afectivas, simbólicas y de poder, y opera de manera simultánea en los niveles intrapersonales, interpersonales, institucionales y de la sociedad en general” (Connell, 2013, p. 66). Desestabiliza-se a noção de que gênero é algo fixo e imutável, além de visibilizar as transformações no conceito de gênero de forma simultânea em todos os níveis que atravessam o sujeito. Também coloca todos esses níveis em relação, entendendo que tanto o sujeito estará continuamente transformando o contexto em que vive, mas também que as diferentes condições sociais abrem espaços para limitadas possibilidades de representação, sendo que as subjetividades precisam ser pensadas e compreendidas através do contexto em que está inserido cada sujeito³.

Connell (2016), nos alerta para o fato de que as teorias de gênero se veem descontextualizadas do espaço próprio de produção, segundo ela “o que as teorias de gênero ainda não compreenderam bem é que as dinâmi-

3 Exemplo, uma compreensão sobre o que é ser homem na Europa não dará conta de explicar as masculinidades vivenciadas no Rio Grande do Sul. Embora alguns países europeus tenham invadido e tentado destruir a cultura existente na América Latina pré-colonial, impondo suas culturas e visões de mundo, houveram transformações sociais ao longo do tempo que diferenciaram ambos territórios.

cas de gênero tomam formas específicas em contextos coloniais e pós-coloniais” (Connell, 2016, p. 31), ou seja, é de suma importância que haja uma discussão crítica sobre como as discussões acerca da temática gênero são produzidas pelas sociedades com história colonial, pois não basta importar o conhecimento e aplicá-lo solto nas vidas dos sujeitos pertencentes ao Sul Global, pois como a autora diz “a metrópole global é uma exceção” (Connell, 2016, p. 31). Essa posição crítica não pode ser confundida com uma rechaça indiscriminada com as teorias do Norte Global, mas é necessário que haja uma valorização dos conhecimentos produzidos a partir daqui e se mantenha uma posição de conversa aberta entre os diferentes espaços de construção de conhecimento, entendendo que as diferenças existentes entre os territórios pode ser um fator de potência e reflexão ativa para ambas as partes. Desta forma, o conceito de gênero é compreendido a partir de uma construção histórica e social, no qual o biológico e o simbólico dialogam com as estruturas de poder presentes em cada cultura, o corpo serve de palco para os diferentes ensaios de gênero, através de uma incansável disputa entre diferentes discursos que buscam nomear suas possibilidades. Ele é transmutado constantemente a partir dos diferentes atravessamentos que buscam delimitá-lo ou ampliá-lo, sendo sua materialidade percebida em contextos microssociais, através de brincadeiras infantis, relações interpessoais, experimentações de sexualidades, mas também em contextos macrossociais, como o desenvolvimento de religiões, sistemas prisionais e educacionais (Connell, 2016).

Colocar gênero como uma categoria inata e intrínseca à vida humana também é uma forma de produzir uma dominação subjetiva, sendo necessário questionar a criação das categorias que baseiam as relações pessoais e interpessoais, visibilizando as naturalizações que foram sendo constituídas ao longo da construção histórica da humanidade. Outro risco iminente nessa naturalização é a presença da cisheteronormatividade, pois quando pensam nessa construção de gênero, atrelam corpos generificados de maneira polarizada, mas necessariamente construindo-os no ideal de um desejar ao outro, reafirmando a ideia cristã de sexualidade como ferramenta necessária para a procriação e constituição de descendentes. O que é errôneo tanto na premissa de utilizar o sexo heterossexual para constituir família, quanto enclausurar todas as outras formas de expressar a sexualidade humana. Somente partindo de um olhar fundado na desnaturalização dos conceitos presentes na matriz colonial do poder, e compreendendo que nenhuma das marcas presentes nela é construída de maneira isolada, é que podemos avançar na sua destituição e construção de relações sociais baseadas na equidade.

É importante marcar assim que as normas de gênero que vivenciamos são construídas ao longo do tempo e foram sendo enviesadas, inclusi-

ve marcando que o próprio conceito de teoria de gênero é uma construção do Norte Global⁴, conceituando que “teoria é o trabalho que o centro faz” (Connell, 2012, p. 9), ou pelo menos, é o que o centro/norte quer dizer que faz, relegando ao Sul como o espaço de coleta de conhecimento, em que a vida é estudada e serve para análise, porém, ao realizar essas pesquisas “suas imaginações teóricas não incorporam o colonialismo como um processo social significativo” (Connell, 2012, p. 10), se ausentando da responsabilidade de terem invadido e investido seus conhecimentos no corpo dos demais. A autora traz uma solução para essa importação direta de conhecimento, já que “caso esse trabalho seja feito em outros lugares, o centro será fatalmente (re)localizado” (Connell, 2012, p. 10), demonstrando a importância da afirmação do conhecimento que é produzido pela “periferia”, capacitando aqueles que antes eram colocados como objetos, como os produtores de suas próprias verdades.

Compreender o discurso do colonialismo e a construção da “matriz colonial do poder” é de extrema importância para o entendimento da construção da “norma” e também dos seres desviantes dela. É necessário demarcar que a matriz colonial do poder foi originalmente construída por Quijano, sendo “descrita através de quatro domínios relacionados: controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, e do conhecimento e da subjetividade” (Mignolo, 2011, p. 8, tradução própria). É essa matriz quem vai referenciar e controlar os modos de se relacionar na sociedade, sempre pautada por um modelo de ser humano construído a partir do eurocentrismo.

Embora a discussão pautada por Quijano e Mignolo ajude a compreender as formas como o colonialismo resiste e se atualiza, ainda há muitas brechas a serem exploradas na matriz, complexificando ainda mais sua construção e a manutenção de modos de existir que fugiram da visão dos autores citados acima. Lugones (2008), reafirma a importância da construção teórica da matriz colonial do poder, porém adverte para algumas limitações presentes nela, pois a suposição de Quijano pressupõe uma compreensão patriarcal e heterossexual das disputas pelos controles das produções de sexo, gênero e sexualidade, invisibilizando historicamente todas as outras forças que questionaram essa maneira de pensar, aceitando que as produções de gênero só podem ser realizadas através de uma lógica eurocentrada e capitalista.

A própria noção de gênero empreendida por Quijano é questionada, pois embora o conceito esteja entrelaçado com o conceito de raça,

4 Algumas autoras como Raewyn Connell, fazem a demarcação do Norte (Europa e América do Norte) e Sul Global (África, América Central e do Sul e Ásia), entendendo que mais do que uma demarcação geográfica, diz respeito a um espaço econômico, sendo o Norte visto como metrópole enquanto o Sul é colocado como periferia.

ele ainda é colocado como um produto do conceito de sexo, estreitando gênero numa lógica biologizada, reiterando assim a própria lógica patriarcal que ele questiona. Outro ponto importante é a necessidade iminente da organização das relações sociais ser realizada a partir de uma base sexual e/ou de gênero, dando importância para os momentos históricos em que houve um rompimento com esta lógica.

Oyewùmi entiende el género, introducido por Occidente, como una herramienta de dominación que designa dos categorías sociales que se oponen en forma binaria y jerárquica. «Mujeres» (el término de género) no se define a través de la biología, aún cuando sea asignado a las anahembras. La asociación colonial entre anatomía y género es parte de la oposición binaria y jerárquica, central a la dominación de las anahembras introducida por la colonia. Las mujeres son definidas en relación a los hombres, la norma. Las mujeres son aquellas que no poseen un pene; no tienen poder; no pueden participar en la arena pública (Oyewùmi, 1997 *apud* Lugones, 2008, p. 87).

Desta forma, gênero sempre foi uma das principais ferramentas de controle dos corpos colonizados, sendo imprescindível sua demarcação e discussão para a compreensão das formas como os sujeitos existem e se relacionam na contemporaneidade. Gênero é uma construção histórica e social, porém não natural e inata, sofrendo constantes transformações a partir dos movimentos políticos e sociais, deve ser entendido como um dispositivo de experimentação e construção subjetiva que pode ser transformado e refeito a partir dos atravessamentos históricos e também das formas como os sujeitos se relacionam cotidianamente.

Trilhando a colonialidade

Demarco o colonialismo como o processo no qual a Europa decidiu expandir-se, tanto territorialmente, como levando a outros cantos do mundo a sua forma de empreender a vida. Como demarca Césaire (2010), essa expansão não ocorreu de maneira pacífica e amistosa, pelo contrário, foi marcada por séculos de violência, extinção de centenas de culturas e a busca por uma homogeneização na maneira de experimentar o mundo, pois

na colonização o gesto decisivo é o de aventureiro e o do pirata, o do mercador e do armador, do caçador de ouro e do comerciante, o do apetite e da força, com a maléfica sombra projetada por trás por uma forma de civilização que em um momento de sua história se sente obrigada, endogenamente, a estender a concorrência de suas economias antagônicas à escala mundial (Césaire, 2010, p. 17).

Ela foi subsidiada a partir de um pensamento religioso binário, colocando a civilização europeia cristã como um sinônimo de civilização, relegando ao paganismo a ideia de selvageria, necessitando de retenção e aprendizagem através do ato colonial. É a partir desse ideal de civilização que várias atrocidades são permitidas e validadas, pois compreendeu-se que esse extermínio seria a forma eficaz de salvar os humanos das selvagerias e introduzi-los em contexto civilizatório. Essa transformação não ocorre de maneira inocente e baseada apenas num ideal de expansão da cultura e salvação, mas é completamente introjetada pela barbárie e desejo de conquista (Césaire, 2010).

Para a colonização ser alcançada, foi necessário transformar a subjetividade dos colonizadores, destituindo-os da civilidade e do respeito ao próximo e instigando-os o relativismo moral, a violência, o ódio racial (Césaire, 2010) e como veremos posteriormente, pela reafirmação de lógicas patriarcais que atrelaram o ideal de humanidade ao homem cisgênero, branco, europeu e heterossexual. Essa transformação parte do pressuposto de “coisificação”, tirando a humanidade do ser colonizado e colocando-o como um sub-humano, ao simbolizar o outro de tal forma, paralelamente há a mudança da própria subjetividade do colonizador, embrutecendo-o para que tais violências possam ser justificadas em nome da expansão colonial, ela “transforma o homem colonizador em vigilante, em suboficial, em feitor, em anteparo, e ao nativo em instrumento de produção” (Césaire, 2010, p. 31).

Essa mudança de subjetividade vai para além da construção do colonizador, atravessando e constituindo a subjetividade do colonizado, pois ao ser coisificado é incrustrado a ideia de não ser retentor dos direitos humanitários, construindo uma subjetividade dependente do olhar do outro para ser valorizada e aceita (Césaire, 2010). Ao longo de séculos foi criado no colonizador o modelo de ser humano e imposto ao colonizado que busque esse ideal de existência, identificando-se e qualificando-se a partir da idealização do colonizador, sendo esse papel sempre polarizado, como o colonizador possuindo todas as qualidades inerentes para assumir o controle das relações globais e o colonizado como passível de espelhamento e se referenciando através do outro.

Essa polarização constitui um mundo binário, inicialmente sendo entendido como o mundo dos colonizadores e dos colonizados, mas que ao longo da história foi se desdobrando em diversas outras binarizações e demarcações de quem ocupa a norma e quem é o ser desviante, podemos apontar para relações macrossociais como metrópole-colônia, mas também para relações microssociais como colonizador-colonizado, homem-mulher, cisgênero-transgênero, branco-negro, entre tantas outras. As disparidades

construídas nos sistemas microssociais são aplicadas para todos os âmbitos, mas são vivenciadas de maneiras diferentes dependendo da localização macrossocial.

O mundo colonial é um mundo congenitamente cindido, e a separação entre os polos é mantida pela força das armas (FANON, 2010). Diferentemente do que ocorre na metrópole, onde a exploração econômica dos trabalhadores é mascarada pelas pretensas ideias de unidade nacional, superioridade racial ou até mesmo democracia, nas colônias a dominação não pode ser disfarçada e se expressa de maneira irrestrita, inviabilizando qualquer movimentação política que se aproxime de uma sociedade civil. Diante da situação colonial, a violência dispensa a necessidade de legitimação, já que o Outro – que não é mais visto nem tratado como extensão do meu eu, apenas um outro coisificado e “inessencial” – só aparece como predicado dos desejos e gozo do colonizador (Faustino, 2018, p. 152).

Conceituar a relação entre colonizador e colonizado se faz fundamental pois a partir dela podemos expandir e compreender futuras relações entre sujeitos que querem se dizer hegemônicos e representantes da norma com aqueles marginalizados e estigmatizados à sub-representação. Como apontam Viveros Vigoya e Facundo Navia (2021), Césaire foi um autor que embora tenha apresentado uma postura machista ao não credibilizar mulheres que escreveram junto com ele e foram de fundamental importância para o seu reconhecimento teórico, ele teve papel protagonista ao questionar os pressupostos epistemológicos do universalismo ocidental, abrindo rasgos e produzindo conhecimento através de um corpo que não era, e não queria ser, universalizado, demonstrando a potência dos pesquisadores que vivem à margem do centro da produção científica. A partir de sua trajetória e forma de escrever, é possível impulsionar que outras autoras e autores possam ampliar suas formas de escrever e descrever a realidade, percebendo que olhar através de corpos de mulheres, LGBTQIA+⁵, e negros possibilita questionar as normas de homens heterossexuais brancos que buscam produzir conhecimento de maneira universalizada e descontextualizada de suas histórias de vida.

5 A sigla LGBTQIA+ busca englobar lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, queers, intersexuais, agêneros/assexuais, e o mais representa outras possibilidades de expressão de gênero e sexualidade. Ela segue em constante disputa entre meios acadêmicos e sociais, sendo questionada e transformada ao longo dos anos. Para maiores informações sobre a sigla e o movimento LGBTQIA+ no Brasil ver (Reis, 2018; Green, 2011).

A construção de sujeitos racializados

O discurso colonialista teve atualizações e manutenções ao longo dos seus séculos de execução, e um ponto crucial nas teorias fundamentadas pelo Sul Global é a construção do conceito de matriz colonial do poder, criada no período da modernidade, fundando assim o processo de colonização Europeia, transformando as relações sociais e a maneira de ser e existir enquanto sujeitos participantes de um sistema social global. Percebemos assim quais são os corpos que ganham importância dentro das sociedades, servindo inclusive como uma ferramenta de denúncia para as pessoas colocadas como subalternas, pois a matriz é o dispositivo que garante o acesso ao poder dos homens cisgêneros, heterossexuais, brancos e das classes superiores (Viveros Vigoya, 2018).

A manutenção da matriz colonial do poder só é possível a partir da disseminação de uma lógica global racista e patriarcal, alicerçada pela lógica do cristianismo de converter os errantes para esse modo de existência (Mignolo, 2011). Como apontam os autores (Césaire, 2010; Faustino, 2018; Mignolo, 2011; Viveros Vigoya, 2018), a raça sempre teve um aspecto central dentro do processo de colonização, foi a partir da construção do ideal de “colonizador branco portador das virtudes e civilidade do período Iluminista”, e “colonizado negro bárbaro e selvagem, necessitando de redenção”, que houve a possibilidade de expansão do império europeu e da violação e destruição de tantas outras culturas, ou seja, o racismo é fundante da sociedade moderna e é a partir dele que foi possível o empreendimento colonial, como justificativa para o saqueamento desenfreado, acumulação de capital e produção incessante de desigualdades globais (Faustino, 2018).

O racismo não é uma característica inata e natural do ser humano, ele é uma construção histórica e teve uma transformação significativa no período moderno da construção colonial, o primeiro passo foi inicialmente a própria criação do conceito de raça, separando desigualmente a humanidade entre tons de peles. Faustino (2018), baseando-se em Fanon, aponta dois aspectos geradores dessa racialização, o primeiro é a “epidermização” dos lugares e posições sociais, ou seja, aquilo que se entende por raça passa a ser definidor das oportunidades e barreiras vividas pelos indivíduos ao longo de sua vida” (Faustino, 2018, p.154). O segundo processo é a interiorização subjetiva desta epidermização, sendo o momento em que a representação de ser humano criada pelo colonialismo começa a se introjetar nas subjetividades e distorcer as representações individuais e coletivas, interrompendo o reconhecimento mútuo de seres humanos para verticalizar essas posições, colocando os humanos brancos numa posição de redentores das características universais do que é ser um humano, essa objetificação

da população negra faz com que a afirmação da própria subjetividade seja demarcada pela experiência branca, ocupando os espaços e modos de existir que os brancos os colocaram, ou então buscando se igualar e utilizar as vestes idealizadas para os brancos (Faustino, 2018).

Embora todo o processo de construção do racismo colonial tenha sido realizado através das relações sociais entre brancos e não brancos, foram principalmente os negros que viraram objetos de pesquisa e analisados ao longo dos anos, porém, como discutido anteriormente, o racismo constrói a subjetividade de ambos, tanto de quem ocupa o espaço universalizado de norma, como aqueles marginalizados e referenciados como o “outro”, mas nota-se uma lacuna gigantesca de trabalhos sobre relações sociais que percebam o caráter racial da experiência branca e como ela foi sendo construída dentro dessas relações sociais (Viveros Vigoya, 2018). Essa experiência branca vem sendo experimentada como uma categoria de experiência que desvanece na sua própria experiência, pois ao adentrar ao espaço do universal, deixa de existir enquanto possibilidade de demarcação e criação da sua singularidade, porém é justamente essa tentativa de apagamento de sua existência que denota sua criação real e concreta, ou seja, a branquidade se constitui a partir da sua tentativa de negação dentro do campo simbólico de raça e etnia, dando ao sujeito branco uma falsa noção de não pertencer a nenhum grupo e assim deixar de ser demarcado enquanto sujeito racializado (Viveros Vigoya, 2018).

O branco existe enquanto categoria de humanidade e é este o objeto que deve ser questionado, pois é a partir da identificação dos corpos brancos como inteiramente pertencentes às relações sociais é que poderemos compreender como as subjetividades brancas são constituídas, pois embora na branquidade haja a tentativa de universalização, “não significa que seu efeito sobre os corpos seja menos concreto: a branquidade molda o que os corpos podem fazer ou não em sociedade” (Viveros Vigoya, 2018, p. 133). Desta forma, é a partir do vislumbre dos privilégios colocados aos humanos brancos e das imposições e limitações colocadas tanto a brancos, como não brancos, que poderemos construir possibilidades de transformação social, escapando da lógica imposta pelo racismo colonial, sendo esta uma empreitada que precisa ser realizada por ambas as partes, criando e impulsionando as representações de pessoas negras para que haja um ethos positivo em relação a sua potência de existir, desatrelando assim da necessidade de associação com as experiências brancas. Ao mesmo passo, é necessário que os brancos consigam compreender os privilégios que foram galgando ao longo dos séculos vivenciados pelo processo de colonização e assumam uma postura ética frente às relações sociais, se desprendendo da lógica de sujeitos universalizados e desconectados de suas histórias e de seus antepassados.

Encenando as masculinidades

Embora a discussão de masculinidades esteja intimamente relacionada com a vivência de homens, os dois conceitos não são sinônimos e falar de masculinidades diz respeito “as práticas com as quais homens e mulheres (mas principalmente os homens) se engajam nessas posições ditas masculinas” (Strey, 2014, p. 9), ou seja, engloba uma multiplicidade de experiências e de relações que são empenhadas socialmente, percebendo que as masculinidades não são isoladas e as outras marcas sociais vão ir moldando e construindo posições de privilégio ou opressão a partir de cada existência singular. Compreendendo inclusive que homens terão contradições em si mesmos, ocupando distintos espaços que variam a partir das marcas vislumbradas, por exemplo, um homem branco, transexual e heterossexual vai ter sua sexualidade reconhecida socialmente, ao passo que pode sofrer questionamentos sobre a validação de sua performance enquanto homem. As masculinidades são construídas e necessitam ser reafirmadas e legitimadas durante toda a vida, sendo essa afirmação dada a partir da diferenciação daqueles que são ditos subalternos, ou seja, as masculinidades ditas centrais, existem a partir da negação do ser mulher e ser homossexual (Badinter, 1993; Kimmel, 1998; Nascimento, 2014). Atualizaria essa discussão trazendo a necessidade de além do sexismo e do machismo, as masculinidades são afirmadas através do racismo, do elitismo e da LGBTfobia⁶.

Cada forma de experimentar as masculinidades vai ter uma posição de dominação diferente e as lutas por transformação são amplas e podem protagonizar posições antagônicas. Elas ocorrem em diferentes espaços de disputas, organizadas principalmente por movimentos sociais que em muitos casos não conversam e possuem interesses diversos, por exemplo, “os homens que as feministas desejam talvez não correspondam totalmente as formas de ser homem que defendem os movimentos LGBTs” (Seffner, Guerra, 2014, p. 61), esses diferentes embates são construídos socialmente e denotam as divergências existentes entre os interesses dos grupos e inclusive dos posicionamentos teóricos que discutem masculinidades, buscar a mudança de um homem heterossexual para assumir uma paternidade mais humanizada e próxima dos filhos e companhia não remete necessariamente que este homem vá deixar de ser homofóbico, da mesma forma que é necessário discutir o machismo dentro do movimento LGBTQIA+.

6 LGBTfobia pode ser definida como o medo, a aversão, ou o ódio irracional a todas as pessoas que manifestem orientação sexual ou identidade/expressão de gênero diferente dos padrões heteronormativos, mesmo pessoas que não são LGBTQIA+, mas são percebidas como tais (adaptação Reis, 2018, p. 35).

Trazer as discussões acerca da colonialidade para o âmbito das masculinidades é demonstrar o quanto elas não estão colocadas numa posição de universalização, sendo assim, precisamos dar foco para que outras experiências sejam contadas e discutidas, descolando o imaginário de homem das características de branco, cisgênero, heterossexual de classe média. Ao passo em que esses outros corpos possíveis comecem a tomar forma, também poderemos localizar os próprios homens que eram pressionados a assumirem o papel central, tirando o ideal de universalização e dando um corpo real, possuidor de sofrimentos causados pela busca do padrão de masculinidade. Embora esses padrões causem sofrimentos nos homens, há uma ligação mais complexa por traz dessas construções, pois segundo Connell (2016, p. 99) “As desvantagens são, de modo geral, as *condições* das vantagens [...] os homens que mais se beneficiam não são os mesmos que pagam pela maioria dos custos destes benefícios”, por isso não se pode universalizar masculinidades numa escala única, conceitos de gênero, sexualidade, classe e raça precisam estar interligados para que haja uma real compreensão da complexidade dessas relações.

A colonialidade no âmbito das masculinidades é um dispositivo para visibilizar a herança binária deixada pelos ideais de colonizador/colonizado, sendo sua atualização a compreensão do colonizador como o homem hegemônico que constitui a norma e impõe aos outros sujeitos o espaço de refletir esses ideais.

As discussões acerca de masculinidades, que se desejam hegemônicas e as subalternizadas, podem ser deturpadas e utilizadas para essencializações e cristalizações, porém, é por meio da localização e demarcação delas que podem ser questionadas e entendidas como construídas socialmente, pois o mundo teórico é em grande parte construído por e para elas. Viveros Vigoya (2018) ressalta essa discussão, pois

[...] falar de masculinidade hegemônica pode contribuir ‘para essencializá-la e convertê-la em atributo natural de certos homens. Considero, igualmente, que falar de branquitude e masculinidade e torná-las visíveis em um mundo que não as vê porque está estruturado por e para elas, pode conduzir a percebê-las como objetos de estudo neutros, como se fizessem parte do espectro da diversidade cultural e sexual da mesma forma que qualquer outra diferença (Viveros Vigoya, 2018, p. 156).

Compartilho da visão da autora ao perceber a necessidade de colocar as masculinidades e a branquitude como possibilidades de expressão de gênero e raça, porém de forma horizontal e semelhante, a partir de suas diferenças, das outras expressões de gênero e raça, destituindo-as de sua po-

sição normativa e universalizada. É a partir dessa transformação que as pessoas masculinas e brancas poderão assumir posicionamentos críticos frente as normatizações sociais. Desta forma, abrir-se-á a chance do diálogo em comum com pessoas/corpos diversas, conforme raça, gênero e sexualidade, construindo posicionamentos e movimentos sociais que acolham as diferenças, mas busque a equidade nas relações.

A “interiorização subjetiva da epidermização” (Faustino, 2018) citada no subcapítulo anterior, ocorre de maneira semelhante com as masculinidades que se querem hegemônicas e subalternas, sendo a violência um fator crucial para a produção desta normatização, que para além do sofrimento destes homens, gera o embrutecimento e a reprodução da violência como forma de afirmação e tentativa de ascender sua posição, pois “muitos desses homens dominados têm agido como se acreditassem que fortalecer sua masculinidade e sua autoridade sobre as mulheres fosse uma parte essencial de sua emancipação” (Viveros Vigoya, p. 161, 2018). Portanto, a ampliação das masculinidades produz um impacto positivo tanto para os homens, quanto para as mulheres, pois a partir do momento em que a masculinidade viril e violenta deixa de ser norma imposta, abre-se oportunidades de relações sociais mais íntegras, reafirmando mais uma vez a urgência de se discutir masculinidades e o deslocamento da lógica vertical e impositiva para um entendimento horizontal, alargando as possibilidades de representação e experimentação das masculinidades.

Por fim, a autora faz uma ressalva quanto à associação e discussão de violência e masculinidades, pois “A violência é hoje uma constante em nossas sociedades e sua explicação vai além do gênero, ainda que as principais vítimas e autores dos homicídios e das agressões físicas às pessoas sejam homens” (Viveros Vigoya, p. 163, 2018), desta forma, a violência constrói-se a partir de diferentes fatores como o sexismo, racismo, pobreza, alcoolismo, entre outros. Assim, a forma como a violência será expressada e legitimada depende de seu contexto histórico e temporal, não tendo os homens uma propensão natural para a violência, mas sendo eles construídos e representados demasiadamente por tempo demais como sujeitos da violência (Viveros Vigoya, 2018).

Como considerações finais, ressalto que, trazer as discussões acerca da colonialidade para o âmbito das masculinidades é demonstrar o quanto elas não estão colocadas numa posição de universalização, sendo assim, precisamos dar foco para que outras experiências sejam contadas e discutidas. Somente a partir dessa compreensão inicial é que podemos fugir dos discursos normativos e pensarmos em construções de gênero pautadas na equidade.

Referências

- BADINTER, Elisabeth. *XY: sobre a identidade masculina*. Tradução Maria Ignez Duque Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o Colonialismo*. Tradução Anísio Garcez Homem. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010.
- CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 27, n. 80, p. 9-20, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092012000300001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 mar. 2024.
- CONNELL, Raewyn. Género, Salud y Teoría: conceptualizando el tema em perspectiva mundial y local. Traducción: José Fernando Serrano. *Revista Nómadas*. n. 39, p. 63-77, 2013. Disponível em: http://nomadas.ucentral.edu.co/nomadas/pdf/nomadas_39/39_4C_Generosaludyteoria.pdf. Acesso em: 26 mar. 2024.
- CONNELL, Raewyn. *Gênero em termos reais*. Tradução Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2016.
- FAUSTINO, Deivison Mendes. Frantz Fanon: capitalismo, fascismo e a sociogênese do colonialismo. *Revista SER Social*, Brasília, v. 20, n. 42, p. 148-163, jan./jun. 2018.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.
- KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ha/v4n9/0104-7183-ha-4-9-0103.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2020.
- LUGONES, María. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 9, p.73-101, 2008.
- MIGNOLO, Walter D. *The Darker Side of Western Modernity: global futures, decolonial options*. Durham, NC, EUA: Duke University Press, 2011.
- NASCIMENTO, Marcos. Relações de amizade entre homens homo e heterossexuais: dinâmicas de gênero no contexto das masculinidades. In: STREY, Marlene Neves; MÜHLEN, Bruna Krimberg; KOHN, Kelly Cristina (orgs.). *Caminhos de homens: gênero e movimentos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

- OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. 2021. Disponível em: <https://ods.imvf.org/igualdade-de-genero>. Acesso em: 26 mar. 2024.
- REIS, Toni (org.) **Manual de Comunicação LGBTI+**. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/ GayLatino, 2018. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2024.
- RODRIGUES, Cauê. *Masculinidades e Cuidados Comunitários em Contexto de Pandemia: formulações e transformações na cidade de São Leopoldo*. 2022. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2022. Disponível em: <http://repositorio.jesuita.org.br/handle/Unisinos/12005?locale-attribute=es>. Acesso em: 26 mar. 2024.
- SEFFNER, Fernando; GUERRA, Oscar Ulloa. Nem tão velhas, nem tão alternativas, nem tão tradicionais, nem tão diversas, mas nem por isso menos importantes: uma reflexão sobre a produção de “novas masculinidades” na contemporaneidade. In: STREY, Marlene Neves; MÜHLEN, Bruna Krimberg; KOHN, Kelly Cristina (orgs.). *Caminhos de homens: gênero e movimentos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. Cap. 4, p. 57-74.
- STREY, Marlene Neves. Homem, homens, masculinidade, masculinidades: as conturbadas vias de ser varão. In: STREY, Marlene Neves; MÜHLEN, Bruna Krimberg; KOHN, Kelly Cristina (orgs.). *Caminhos de homens: gênero e movimentos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. Cap. 1, p. 7-18.
- VIVEROS VIGOYA, Mara. *As Cores da Masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América*. Tradução Allyson de Andrade Perez. Rio de Janeiro, RJ: Papéis Selvagens, 2018.
- VIVEROS VIGOYA, Mara; FACUNDO NAVIA, Angela Mercedes. Discurso sobre o Colonialismo de Aimé Césaire: uma chave de leitura feminista latino-americana descolonial. Tradução Angela Facundio Navia. *Revista Equatorial*, Natal/RN, v. 8, n. 14, p. 1-17, jan/jun. 2021.